RELATO

REVISTA DE EXTENSÃO DO INSTITUTO FEDERAL DE ALAGOAS
Extifal, Maceió, v. 4, n. especial 2, p. 51-63, 2026, ISSN: 23189495
https://periodicos.ifal.edu.br/extifal
Recebido em: 31/05/2026; Aceito em: 01/10/2026; Publicado em: 19/11/2026

BRINCANDO COM AS PALAVRAS: RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS NO ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA

PLAYING WITH WORDS: ETHNIC-RACIAL RELATIONS IN THE TEACHING OF THE PORTUGUESE LANGUAGE

Felipe Augusto Santana do Nascimento[1]; Breno Santos de Jesus Castro[2]

[1]Doutor em Linguística pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Professor de Língua Portuguesa no Instituto Federal de Alagoas – Ifal. Autor correspondente: E-mail: felipe.nascimento@ifal.edu.br; [2]Estudante de Fonoaudiologia na Uninassau - Maceió/AL.

RESUMO: Este trabalho tem como objetivo produzir um relato de experiência sobre o projeto de extensão “Brincando com as palavras: relações étnico-raciais no ensino de línguas”, desenvolvido com alunos do 9º ano do Ensino Fundamental da Escola Municipal de Educação Básica Liege Gama Rocha, no município de Coruripe - AL. O projeto consistiu em promover discussões sobre raça e etnia a partir do trabalho com a palavra. Desse modo, a partir da leitura de poemas e contos e do uso de dicionários de Língua Portuguesa, buscou-se reconhecer a diversidade linguística e cultural de nossa língua, possibilitando à comunidade escolar uma reflexão sobre as relações étnico-raciais na sociedade brasileira. Foi possível, então, (re)conhecer histórias que são escritas e têm sujeitos negros e indígenas como protagonistas, além do trabalho com palavras oriundas de línguas indígenas e de línguas africanas no português brasileiro, com o intuito de contribuir para desestimular práticas consideradas racistas ainda tão comuns em nossa sociedade. Por fim, como resultado do projeto foi construído um pequeno glossário pelos participantes ressignificando positivamente palavras do campo étnico-racial.
Palavras-chave: Dicionário. Ensino de Língua Portuguesa. Relações Étnico-Raciais.

ABSTRACT: This text presents a sample abstract for articles and experience reports submitted to the EXTIFAL Journal. The abstract must be a single paragraph, with a maximum of 250 words, written in an objective and impersonal tone, without subheadings or bibliographic references. In the case of articles, the abstract should clearly state the problem investigated, the research objectives, the methodology used, the main results, and the conclusions. For experience reports, the abstract is expected to highlight the context of the extension activity, a brief description of the actions developed, the project's objectives, the target audience involved, and the main outcomes or observed impacts. In both cases, the abstract must emphasize the social relevance of the proposal and its alignment with the principles of university extension, such as the inseparability of teaching, research, and extension, dialogical interaction with the community, and the formative nature of the action.
Keywords: Dictionary. Teaching Portuguese. Ethnic-Racial Relations.

INTRODUÇÃO

Ao longo das últimas duas décadas, o trabalho com questões étnico-raciais se tornou imperativo nas salas de aula. Isso é resultado de um processo histórico de luta dos movimentos negros que pressionaram pela inserção da pauta racial nos currículos escolares. Foram, então, com as promulgações, em 2003, da lei nº 10.639/2003, que alterou a Lei 9.394/1996 e incluiu no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, e da lei nº

Este manuscrito está licenciado com a licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 Internacional.

11.645/2008, que modificou a lei nº 10.639/2003 e estabeleceu a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”, que as escolas passaram a incluir em seus currículos temas vinculados a relações étnico-raciais.

Apesar desse avanço, muitas vezes, não se observa uma efetiva implementação dessa lei na sala de aula. As dificuldades relatadas são muitas, mas esbarram na falta de formação adequada dos professores para efetivar a lei no ambiente escolar e na falta de incentivo por parte das instituições em promover a discussão étnico-racial, relegando-a à “boa” vontade do docente.

Além dos documentos oficiais supracitados, no Instituto Federal de Alagoas (Ifal), local onde o projeto deste relato foi produzido, contamos com a aprovação da Resolução nº 29/2018, a qual institucionalizou os Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas (Neabi) na instituição. Tais núcleos desenvolvem ações pontuais e contínuas que abarcam aspectos relacionados à negritude e aos povos indígenas. São formados por pessoas negras e não negras (docentes, técnicos, estudantes e comunidade acadêmica) que entendem a urgência e a necessidade de efetivar uma educação antirracista. Uma definição possível para o Neabi (ou Neab - Núcleo de Estudos Afro-Brasileiro) é proposta por Gomes que entende os Neab’s como:

> (...) núcleos compostos de pesquisadores e pesquisadoras, na sua maioria negra, que tematizam a diversidade étnico-racial e realizam ações de ensino, pesquisa e extensão voltados para a mesma. Esses núcleos, apesar de nem sempre ocuparem lugares hegemônicos no interior das universidades onde estão localizados possuem uma atuação que se traduz na produção de um conhecimento politicamente posicionado. A questão étnico-racial não é considerada pelos pesquisadores que os integram apenas como mais um tema de pesquisa, mas, sim, como uma questão social, política e de pesquisa que demanda da universidade a produção de novos conhecimentos e do Estado novas formas de intervenção na luta anti-racista (Gomes, 2009, p. 427).

Embora a autora se refira à universidade, os Neabis estão presentes fortemente nos institutos federais, como é o caso do Ifal. Tanto o coordenador quanto o aluno bolsista da experiência ora relatada eram membros do Neabi *Okara Malungo* do Ifal *campus* Coruripe no período de sua execução. Dessa forma, este projeto de extensão se vinculou a discussões realizadas no referido núcleo, possibilitando um diálogo com a comunidade de ações já existentes no *campus*.

A temática étnico-racial no âmbito escolar é, portanto, urgente, principalmente no Ensino Fundamental, uma vez que é o momento em que os alunos estão

Este manuscrito está licenciado com a licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 Internacional.

consolidando a formação de opinião. Reconhecer a diversidade linguística de nosso país, em especial a importância de línguas indígenas e de línguas africanas na constituição do português brasileiro, assim como conhecer escritores/as negros/as e indígenas que muitas vezes estão marginalizados dos currículos escolares, é fundamental para a construção de uma educação antirracista. Este trabalho relata, assim, um projeto de extensão que buscou incentivar a leitura de autores/as negros/as e fomentar a discussão sobre relações étnico-racial, ao desestimular práticas consideradas racistas, e possibilitar um diálogo maior entre as ações desenvolvidas no Neabi *Okara Malungo*, do Ifal *campus* Coruripe, e a comunidade, proporcionando a articulação entre pesquisa, ensino e extensão.

CARACTERIZANDO O ESPAÇO

A atividade de extensão foi proposta pelo Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas *Okara Malungo* do Instituto Federal de Alagoas, *campus* Coruripe. A cidade está situada em uma localização canavieira e parte de sua população tem relação direta ainda hoje com trabalho no canavial, marcado pelo passado escravista. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2022), a maioria da população é autodeclarada negra (preta e parda) e, consequentemente, a maioria dos estudantes do Ifal *campus* Coruripe à época do projeto também era composta por pessoas negras. O Neabi, portanto, vem apresentando um papel fundamental na fomentação de uma educação antirracista e na criação de atividades que implementem, de fato, a Lei 10.639/03 que disserta sobre a História e Cultura Afro-Brasileira na escola.

No entanto, a realidade vivenciada no Ifal *campus* Coruripe não se estende a todo município, já que a presença de um Neabi não é a realidade das escolas estaduais e, principalmente, das escolas municipais, que são responsáveis pela formação inicial dos estudantes. Diante dessa necessidade, o presente projeto de extensão firmou parceria com a Escola Municipal de Educação Básica Liege Gama Rocha. Essa escolha não foi feita por acaso, já que parte dos estudantes do Ifal *campus* Coruripe concluiu seu ensino fundamental na referida escola, sendo o bolsista selecionado para o projeto oriundo também desse colégio.

A escola é reconhecida como uma das referências em educação pública de qualidade na região. Ao longo dos anos, a instituição vem construindo uma trajetória

Este manuscrito está licenciado com a licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 Internacional.

marcada pelo compromisso com o ensino e pelo desenvolvimento integral dos seus alunos, destacando-se pelos resultados acadêmicos e pela formação de estudantes, fato que pode ser observado no desempenho dos alunos nas Olimpíadas Brasileiras de Matemática das Escolas Públicas, a OBMEP, conquistando medalhas e reconhecimentos que refletem o esforço coletivo entre alunos, professores e comunidade escolar.

Além disso, ela acumula importantes premiações, como o reconhecimento de Escola Destaque, reafirmando sua relevância no cenário educacional do município. Outro diferencial é o preparatório para o Instituto Federal de Alagoas, que contribui diretamente para que muitos estudantes ingressem no ensino médio da instituição, ampliando oportunidades por meio da educação.

Devido à parceria já estabelecida entre a referida escola e o Ifal *campus* Coruripe, foi fácil estabelecer um diálogo para executar o projeto de extensão. Após visitas à escola municipal, ficou acordado que o projeto contaria com cerca de 30 alunos do 9º ano do Ensino Fundamental e que as atividades ocorreriam no espaço do próprio colégio. No entanto, devido à limitação do espaço físico, antes do início do projeto, foi informado que as atividades não teriam como acontecer na escola. Assim, a própria escola, junto à Secretária de Educação do Município, se responsabilizou por fornecer ônibus para levar os alunos ao Ifal *campus* Coruripe. Os alunos, assim, ainda no 9º ano do Ensino Fundamental puderam vivenciar a estrutura do *campus* e ficaram ainda mais motivados a estudarem no Instituto Federal.

Apesar desse pequeno imprevisto referente ao espaço físico, as atividades de extensão aconteceram no Ifal *campus* Coruripe que que semanalmente no segundo semestre de 2023, totalizando onze encontros com duração aproximada de 3h por encontro. Além de utilizarmos o espaço da sala de aula, foi possível utilizar os espaços da biblioteca, do pátio e da quadra para desenvolver atividades lúdicas com os discentes.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Embora tenha tido avanços significativos no ensino da cultura e história afro-brasileira e indígenas, sobretudo a partir da promulgação das leis 10.639/2003 e 11.645/2008, o ambiente escolar ainda carece de trabalhos que abordem a questão étnico-racial, principalmente por falta de formação adequada dos professores nessa

Este manuscrito está licenciado com a licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 Internacional.

temática. Dessa forma, é preciso superar o racismo na escola (Munanga, 1999), e o trabalho com a leitura de poemas e contos de escritores/as negros/as e indígenas pode contribuir para deslegitimar práticas racistas, visto que a leitura, além de ampliar o posicionamento crítico, aumenta o conhecimento de mundo do leitor. É nesse sentido que Kleiman defende que

> ensinar a ler é criar uma atitude de expectativa prévia com relação ao conteúdo, referencial do texto, isto é, mostrar à compreensão. E ensinar, antes de tudo, que o texto é significativo, e que as sequências discretas nele contidas só têm valor na medida em que elas dão suporte ao significado global (Kleiman, 1996, p.151) .

A leitura, além de trabalhar com a imaginação (Lajolo, 1993), é uma aliada na construção da cidadania, uma vez que permite ao leitor vivenciar e ressignificar experiências. Por meio da leitura, é ampliada a visão de mundo de quem lê, possibilitando-o experimentar novas experiências e compartilhar as suas no processo de leitura.

Além disso, no ensino de Língua Portuguesa e de Literatura é preciso reconhecer a diversidade linguística-cultural e compreender que a Língua Portuguesa apresenta uma historicidade marcada pelas línguas que a constituiu. Línguas oriundas de sociedades indígenas e de sociedades africanas, além de sociedades europeias, atravessam e constituem a fonética/fonologia, a morfologia, a sintaxe e a semântica da Língua Portuguesa. Além disso, discursividades que circulam na sociedade se marcam na língua e na Literatura tanto por meio dos temas que são retratados quanto por meio dos sentidos atribuídos a determinadas palavras na língua. Por isso, o trabalho com palavras do campo étnico-racial, aliada ao processo de leitura, faz-se tão importante, uma vez que as palavras apresentam uma historicidade que podem ser estudadas discursivamente (Nunes, 2006; Orlandi, 2013). Dessa forma, o olhar para palavras oriundas de línguas africanas e indígenas como constitutivas do português brasileiro é uma das formas de valorizar a temática de relações étnico-raciais no ensino de Língua Portuguesa.

Baseado no referencial teórico exposto acima, nosso projeto de extensão tinha como objetivo proporcionar aos alunos tanto o contato com dicionários físicos quanto com a pluralidade de sentidos de uma palavra. Mais do que isso, o projeto permitia discutir a temática étnico-racial por um viés diferente da literatura, apresentando-se

Este manuscrito está licenciado com a licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 Internacional.

como uma alternativa para essa discussão no ensino de Língua Portuguesa. Assim, para embasar as discussões, foram apresentados textos literários aos alunos, mas discutimos, de forma didática, como uma palavra pode carregar sentidos diferentes e nos contar muito sobre a história de uma sociedade. No nosso caso específico, por meio das definições presentes nos dicionários, pudemos compreender como sentidos racistas foram materializados em instrumentos linguísticos que circulam na sala de aula, legitimando dizeres que significam negativamente determinados sujeitos. Essa discussão é fundamental em sala de aula, já que muitos dos nossos alunos acabam se vendo e reafirmando sua subjetivação em sentidos que muitas vezes os inferiorizam na sociedade.

METODOLOGIA

No projeto, estava previsto que os encontros semanais deveriam ocorrer na Escola Municipal de Educação Básica Liege Gama Rocha, no município de Coruripe - AL. No entanto, como já foi dito, uma semana antes do início do projeto, recebemos a notícia de que o projeto não poderia ser executado na escola, pois não havia mais sala disponível no horário e no dia combinado anteriormente. Dessa forma, foi preciso, junto à direção da Escola Municipal e à Secretária Municipal de Educação, conseguir o transporte dos alunos para o Ifal *campus* Coruripe. O projeto, portanto, foi executado no nosso *campus*, nas quartas-feiras, do segundo semestre do ano de 2023, no turno vespertino.

Em diálogo com o bolsista, foi construído um cronograma de ações para serem desenvolvidas no projeto, a saber:

a) Meses 1 e 2 (Agosto e Setembro/2023): Rodas de leituras de contos e de poemas escritos por sujeitos negros e indígenas.
b) Mês 3 (Outubro/2023) - Rodas de conversa sobre a história da Língua Portuguesa: palavras e expressões oriundas de línguas indígenas e africanas.
c) Mês 4 (Novembro/2023) - (Re)conhecendo o dicionário de Língua Portuguesa - estudo sobre palavras do campo étnico-racial.
d) Mês 5 (Dezembro/2023) - Produção de um glossário pelos participantes com palavras do campo étnico-racial.

Este manuscrito está licenciado com a licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 Internacional.

As rodas de leitura e de conversa giravam em torno de textos escritos por autores/as negros/as e indígenas, tais como Carolina Maria de Jesus, Conceição Evaristo, Solano Trindade e Ailton Krenak. Para alcançar os objetivos estabelecidos no projeto, foram realizadas as seguintes atividades:

1. Seleção de textos de escritores/as negros/as e indígenas;
2. Seleção de palavras oriundas de línguas indígenas e africanas que foram abordadas nas discussões;
3. Reuniões com o bolsista;
4. Rodas de conversa;
5. Leituras coletivas a partir de textos pré-selecionados;
6. Produção de um glossário pelos participantes do projeto.

Essas atividades foram previamente planejadas, mas ocorreram pequenas alterações e/ou inclusão de atividades. Por exemplo, em uma das rodas de conversa, ao invés de discutirmos o texto literário pré-selecionado, foi proposto um jogo de trilha griô com os participantes. O jogo consistia em reconhecer a história e a cultura de Coruripe e região por meio do turismo e da cultura local. Assim, a construção do conhecimento sobre a região passava pela história e pela cultura afro-brasileira de maneira lúdica. De modo geral, foram mantidas as atividades previstas, que serão discutidas a seguir.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Com a execução do projeto, esperava-se que os participantes fossem capazes de reconhecer a importância de palavras oriundas de línguas indígenas e línguas africanas como constitutivas do português brasileiro, assim como conhecer e ler textos produzidos por autores/as negros/as e indígenas. Buscava-se, assim, o incentivo à leitura e que os participantes tivessem contato com obras escritas por negros/as e indígenas, os/as quais, muitas vezes, não eram apresentados/as no âmbito escolar, principalmente no ensino médio. O projeto, portanto, era uma tentativa de efetivar a Lei 10.639/03 e articular pesquisa, ensino e extensão, já que muitas das atividades desenvolvidas tinham base um Projeto de Pesquisa de Iniciação Científica (Pibic) de nível médio, orientado pelo mesmo professor do projeto de extensão, que consistia na

Este manuscrito está licenciado com a licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 Internacional.

análise de verbetes do campo étnico-racial de dicionários escolares brasileiros. Por meio das análises realizadas, observou-se que seria possível fazer essa discussão na sala de aula e levá-la para a extensão, já que poderia ser um recurso para promover a discussão das relações étnico-raciais na sala de aula. A ideia era que os discentes tivessem contato com as definições de verbetes do campo étnico-racial e pudessem identificar e criticar determinados sentidos (negativos) que neles estavam materializados.

Dessa forma, por meio da leitura de poemas/contos e do estudo de palavras do campo semântico étnico-racial, foi possível ter um posicionamento mais crítico sobre sentidos que foram legitimados e naturalizados na sociedade brasileira, muitos dos quais sustentaram práticas consideradas racistas, além de ter contato com o dicionário em uma perspectiva que não o restringe a um repositório de palavras, mas o entende como um instrumento linguístico (Auroux, 2009) que é um objeto histórico, discursivo e de subjetividades (Nunes, 2006; 2021), no qual os sentidos nele legitimados são resultados de suas condições de produção. Ou seja, os sentidos presentes nas definições dos verbetes de um dicionário funcionam como parte da memória social, ao retratar sentidos que circulam em determinado tempo/espaço e que passam a ser repetidos e legitimados como “o” sentido possível de determinada palavra.

Nos primeiros encontros, fizemos rodas de discussão em torno de alguns textos literários. Lemos contos e poemas de Conceição Evaristo, trechos do livro “Quarto de Despejo”, de Carolina Maria de Jesus, poemas de Solano Trindade e trechos de obras de Ailton Krenak. Esse primeiro momento tinha como objetivo que os alunos tivessem contato com obras literárias escritas por autores/as negros/as e indígenas. Após esse momento, que durou cerca de dois meses, desenvolvemos atividades lúdicas por meio do trabalho com as palavras. Os alunos precisavam reconhecer palavras do português brasileiro que tinham origem em línguas indígenas ou em línguas de origem africana. Essa fase foi a de descoberta da diversidade da nossa língua portuguesa. Essa etapa durou três semanas. Além disso, contamos com discussões promovidas por dois membros do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas do Ifal *campus* Coruripe, os quais contribuíram na discussão de temas relacionados à história e à cultura da população afro-brasileira.

Após esses momentos, investimos na discussão com dicionário. Alguns dicionários contemporâneos de Língua Portuguesa foram levados para os alunos, e o

Este manuscrito está licenciado com a licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 Internacional.

objetivo era que eles pesquisassem palavras do campo semântico étnico-racial, lessem a definição e problematização tais definições. Assim, nessa etapa, que era a última do projeto, foram discutidos os seguintes pontos:

1) o gênero verbete - a sua forma composicional e a sua função sociocomunicativa;

2) a definição dos verbetes selecionados - a semelhança e a regularidade presentes nas definições de um mesmo verbete em diferentes dicionários trabalhados;

3) a forma da definição - a semelhança e a variação sintáticas nas formas de definir;

4) e, por fim, a atividade de reescrita da definição do verbete, levando em consideração outros sentidos possíveis para definir sujeitos racializados e seus espaços de vida.

Assim, ao invés de associar negro/preto/pardo a definições negativas, tais como perigoso, difícil, malicioso, sujo (Nascimento, Azêvedo, Alves, 2025), comuns nos dicionários analisados, buscou-se que integrantes do projeto atribuíssem sentidos positivos a esses sujeitos, levando em conta o discutido na primeira etapa do projeto a partir dos textos literários. Essas definições, além de escritas, poderiam também ser acompanhadas de desenhos, já que percebemos que muitos participantes também tinham interesse em utilizar linguagem não verbal nas suas definições. Como exemplo de como funcionou a dinâmica de nossos encontros, apresentamos aos alunos o verbete abaixo do dicionário MiniAurélio:

> Preto/a(ê) adj.1. Da cor ébano, do carvão; negro. 2. Diz-se de coisas que apresentam cor escura.3. Sujo, encardido.4. Negro (homem). 5. Bras. Difícil, perigoso.sm.6 Indivíduo negro. (Ferreira, 2000, grifo nosso)

Por meio deste verbete, discutimos como sentidos negativos são colados a sujeitos negros. Em um primeiro momento, os alunos apresentaram outras palavras negativas que já ouviram sendo usadas para diminuir pessoas negras. Após esse momento, discutimos a história de resistência da população negra, alguns de seus feitos e as suas possibilidades. Ao invés de adjetivos negativos, foi proposto que fossem dado adjetivos positivos para o verbete “preto”. Assim, apareceram adjetivos como: bonito, radiante, potente, inovador, sábio. Diferente de continuar na repetição,

Este manuscrito está licenciado com a licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 Internacional.

essas palavras abriram para outros sentidos e possibilitaram que dizeres outros pudessem circular no espaço escolar.

Ao término das definições, foi construído um glossário com todas as definições propostas e tivemos um momento de partilha de nossas impressões sobre a atividade. Foi um momento de conhecer as produções feitas pelos colegas e discutir as definições apresentadas. Esse processo de escrita e de reescrita foi acompanhado pelo orientador e pelo bolsista do projeto que contribuíram para a construção do glossário.

De modo geral, observamos um diálogo mais aberto e uma melhor participação deles nos debates ao longo dos encontros. No início do projeto, os participantes conheciam pouco a cultura e a história afro-brasileira e indígena, apesar de se mostrarem bastante interessados na temática. Foi observado que muitos, principalmente aqueles que se autodeclaravam pretos ou pardos, se reconheciam nos textos literários apresentados, o que demonstra a importância de se trabalhar com essa temática em sala de aula. Com os debates e as produções textuais, pudemos, além de compartilhar vivências sobre a temática em questão, fortalecer uma educação antirracista desde o ensino fundamental. Por fim, os discentes, que estavam no 9º ano do Ensino Fundamental, tiveram ainda mais contato com o Ifal *campus* Coruripe, o que também propiciou o interesse deles em serem alunos de nossa instituição.

De forma quantitativa, o nosso projeto de extensão contou com a presença efetiva de 20 alunos do 9º ano do Ensino Fundamental da Escola Municipal de Educação Básica Liege Gama Rocha, do município de Coruripe - AL. Ao longo dos encontros semanais, que ocorriam todas as quartas-feiras à tarde no Ifal *campus* Coruripe, tínhamos a presença entre 16 e 20 alunos.

De forma geral, entendemos que a ação realizada foi bem sucedida. Tivemos apenas alguns problemas pontuais, tais como: a questão da logística de transporte, já que os alunos tinham que se deslocar da Escola Municipal para o Ifal *campus* Coruripe. O Ifal não disponibilizava ônibus, o que nos fez depender do ônibus da Secretaria Municipal de Educação da cidade. Em um dos encontros, ficamos sem o transporte e não pudemos realizar a atividade planejada para aquele dia. Além disso, tivemos dificuldade com o espaço físico. Embora a sala estivesse reservada para o projeto de extensão, ocasionalmente acontecia de a sala ser utilizada para atividades dos cursos técnicos do *campus*, o que nos levava a buscar outro espaço na instituição

Este manuscrito está licenciado com a licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 Internacional.

para realizar as atividades. Apesar desses empecilhos, o projeto alcançou os seus objetivos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Lei 10.639/03, que instituiu o Ensino da História e Cultura Afro-Brasileira, legitimou a necessidade de se estudar as relações étnico-raciais na escola. No entanto, mais de vinte anos depois da sanção da lei, ainda temos dificuldade em pô-la em prática. No caso do ensino de língua portuguesa, essa implementação é feita por meio da literatura, enfatizando a leitura de autores/as negros/as ou a temática racial. Sem dúvidas, é importante que esse trabalho seja feito e que os alunos entrem em contato com a diversidade de escritores/as e temas de nossa literatura em língua portuguesa. Nosso projeto, entretanto, além de proporcionar essas leituras, também investiu no trabalho sobre a palavra, seja no reconhecimento de palavras de origem de línguas africanas ou de línguas indígenas, seja na problematização de definições de verbetes do dicionário. Assim, o texto da definição de um dicionário passou a ser objeto de estudo entre os participantes, fato que proporcionou tanto o contato com esse instrumento linguístico tão pouco trabalho com os estudantes quanto a reflexão sobre os sentidos de uma palavra. Foi possível, dessa forma, promover uma educação antirracista, na qual se refletia sobre sentidos históricos legitimados pelo dicionário e sobre os efeitos políticos de seus usos na sociedade. Foi um trabalho com o texto que perpassou a análise literária e a análise textual das definições dos verbetes no dicionário com o intuito de promover discussões sobre relações étnico-raciais a partir de uma perspectiva antirracista.

Essa ação, portanto, colaborou para estreitar a parceria do Ifal *campus* Coruripe com a Escola Municipal de Educação Básica Liege Gama Rocha e, consequentemente, com a comunidade escolar, contribuindo para uma educação antirracista e um olhar crítico para dizeres racistas que são ditos e legitimados como a “verdade” em instrumentos linguísticos, tais como o dicionário. A ação desenvolvida pode impulsionar pesquisas e ser replicada em outras escolas, levando em consideração as especificidades de cada região e as vivências dos participantes.

Este manuscrito está licenciado com a licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 Internacional.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos à Pró-Reitoria de Extensão do Instituto Federal de Alagoas pela bolsa concedida para a realização deste projeto. Além disso, gostaria de agradecer à Escola Municipal de Educação Básica Liege Gama Rocha, no município de Coruripe - AL, pela parceria na realização do projeto, à Secretária Municipal de Educação, pelo transporte disponibilizado, e ao Instituto Federal de Alagoas *campus* Coruripe por ceder a infraestrutura.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AUROUX, Sylvain. **A revolução tecnológica da gramatização**. Tradução de Eni Puccinelli Orlandi. 2. ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2009.

BRASIL. **Lei Federal no 10.639, de 09 de janeiro de 2003**. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, e dá outras providências. Disponível em:. Acesso em: 20 maio. 2025.

BRASIL. **Lei Federal no 11.645, de 10 de março de 2008**. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei no 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. Disponível em: . Acesso em: 20 maio 2023. BRASIL. Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana. Brasília: MEC/Secad, 2013. Disponível em Acesso em 20 maio 2025.

FERREIRA, A. B. H. **Minidicionário Aurélio**: o dicionário da Língua Portuguesa - Século XXI. 4 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.

GOMES, Nilma Lino. Intelectuais negros e produção do conhecimento: algumas reflexões sobre a realidade brasileira. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (org.). **Epistemologias do sul**. São Paulo: Cortez Editora, 2009. 518 p.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico 2022: população por cor ou raça – Coruripe (AL)**. Rio de Janeiro: IBGE, 2023. Disponível em: https://cidades.ibge.gov.br/brasil/al/coruripe/panorama. Acesso em: 15 maio 2026.

INSTITUTO FEDERAL DE ALAGOAS. **Resolução nº 029/CS, de 19 de dezembro de 2018**. Aprova a institucionalização do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas (NEABI) do IFAL. Maceió: IFAL, 2018. Disponível em:

Este manuscrito está licenciado com a licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 Internacional.

https://www2.ifal.edu.br/o-ifal/ensino/legislacao-e-normas/arquivos-legislacao/direcao-de-politicas-estudantis/resolucao-no-29-cs-2018-institucionalizacao-do-neabi-ifal-regulamento.pdf/view?utm_source=chatgpt.com. Acesso em: 22 maio 2026.

LAJOLO, Marisa. **Do mundo da leitura para a leitura do mundo**. São Paulo: Ática, 1993.

KLEIMAN, Angela. Leitura: ensino e pesquisa. 2. ed. Campinas: Pontes, 1996.
LAJOLO, Marisa. **Do mundo da leitura para a leitura do mundo**. São Paulo: Ática, 1993.

MUNANGA, Kabengele (Org.) **Superando o racismo na escola**. Brasília: Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental, 1999.

NASCIMENTO, Felipe Augusto Santana do; AZEVÊDO, Amanda Vitória Silva; ALVES, Ana Júlia Virtuoso. Sujeitos negros e seus espaços de vida em dicionários escolares de Língua Portuguesa. **Primeira Escrita**, [S. l.], v. 12, p. 146-154, 2025. Disponível em: https://periodicos.ufms.br/index.php/revpres/article/view/23192. Acesso em: 15 mai. 2026.

NUNES, José Horta. **Dicionário no Brasil: Análise e História do século XVI ao XIX**. Campinas: Pontes/Fapesp/Faperp, 2006.

_____. O dicionário como observatório da subjetividade no final do século XIX: na província, no campo, na cidade. **Línguas e Instrumentos Linguísticos**, Campinas, SP, v. 24, n. 47, 2021, p. 323–346.

ORLANDI, Eni. Lexicografia discursiva. In: _____. **Língua e conhecimento linguístico: para uma história das ideias no Brasil**. 2 ed. São Paulo: Cortez Editora, 2013. p. 113- 134.

Este manuscrito está licenciado com a licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 Internacional.